

**HABEAS CORPUS Nº 548.394 - SP (2019/0355800-8)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : LUIZ GUSTAVO TRAVIZANUTO MANSUR**  
**ADVOGADO : LUIZ GUSTAVO TRAVIZANUTO MANSUR -**  
**SP0253358**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : BRUNO EDUARDO RODRIGUES DE SOUZA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

**BRUNO EDUARDO RODRIGUES DE SOUZA** alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no Agravo em Execução n. 7002596-43.2018.8.26.0344.

Depreende-se dos autos que o **Tribunal local deu provimento ao agravo do Ministério Público para reconhecer a prática de falta grave pelo paciente, consistente em tráfico de drogas no estabelecimento prisional**, e aplicar os consectários.

Nas razões deste *mandamus*, a defesa sustenta não haver elementos aptos a comprovar a autoria do suposto delito.

Requer o **afastamento da falta grave e de seus consectários, com o restabelecimento da decisão de primeiro grau.**

**Decido.**

A Corte local assim consignou sobre o tema:

Há elementos mais que suficientes a garantir autoria e **materialidade**, por meio de (i) Comunicado de Evento (f. 8v), (ii) boletim de ocorrência [f. 12v/13), (iii) laudo pericial e fotografias dos entorpecentes apreendidos (f. 13v/14v) e (iv) cópia do controle de visitas do sentenciado na Penitenciária [f. 17/18).

E a **autoria** também resultou plenamente caracterizada pelas declarações ofertadas pelos Agentes Penitenciários (i)

Tamara e (ii) Douglas no procedimento administrativo [f. 18v/19).

Relatam que realizavam procedimento de revista nos visitantes da Unidade Prisional, sendo constatado, através de aparelho "body scannef, que Rosângela, companheira do sentenciado Bruno, apresentava um volume suspeito na região genital.

Foi, então, conduzida a uma sala reservada e confessou que trazia drogas em sua genitália.

Assim, diante das firmes e **categóricas declarações dos funcionários responsáveis pela apreensão da substância**, restaram isoladas as escusas genéricas do sentenciado, que se limitou a dizer que não possuía conhecimento de que sua companheira introduziria entorpecentes na unidade prisional durante as visitas e que as drogas não seriam para ele, deixando de ofertar qualquer explicação plausível para o fato (f. 16v).

Daí que inexiste qualquer dúvida sobre a certeza do quadro.

Evidente, com efeito, à luz de toda a prova colacionada, que a substância apreendida efetivamente se tratava de substância ilícita, conforme exame toxicológico, com o fito de comprovar a natureza dos entorpecentes transportados pela companheira do sentenciado dentro de seu órgão genital.

**Diante das circunstâncias apresentadas na hipótese, com efeito, vale ainda destacar, ignorar a posse do objeto seria fechar os olhos a uma realidade manifesta e dar as costas ao óbvio, em total e completo desapego às normas genéricas da verdade e de bom senso, que emanam sem nenhuma dúvida dos autos.**

**E não socorre ao sentenciado a tese de que a conduta a ele imputada seria atípica, por não ter obtido a efetiva posse das drogas, a consubstanciar, de forma exclusiva, comportamento de terceiro.**

Isto porque, exatamente como restou reconhecido nos autos da sindicância, a prova coligida nos autos demonstra, de forma clara, que se trata de hipótese de introdução, pelo sentenciado, de substância entorpecente em unidade prisional, por intermédio de sua companheira. Regularmente cadastrada como sua visitante junto à administração do estabelecimento prisional.

É exatamente isto o que se depreende não apenas das declarações das Agentes Penitenciárias responsáveis pela apreensão da porção de maconha durante procedimento de revista realizado previamente à visita da companheira do agravante, como também da cópia do controle de visitas do

sentenciado, indicando nominalmente Rosângela Aparecida Bernardes, RG nº 46083305-4, como visitante cadastrada do preso, com o registro de dezenas de visitas anteriores à data dos fatos {f. 170) (fls. 49-52, grifei).

Da leitura do excerto transcrito, verifico que a instância ordinária, **após cuidadoso exame dos autos e com base no princípio do livre convencimento motivado**, considerou que haveria prova suficiente acerca da falta cometida pelo apenado, diante dos relatos dos funcionários do estabelecimento prisional, além dos demais elementos de prova. Logo, conclusão em sentido diverso implicaria **revolvimento do suporte fático-probatório delineado nos autos, procedimento vedado pela via estreita do habeas corpus**.

Ilustrativamente:

EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FALTA GRAVE. **DESOBEDIÊNCIA AOS AGENTES PENITENCIÁRIOS**. CONFIGURAÇÃO: ART. 50, VI, C/C ART. 39, II E V, DA LEP. APURAÇÃO MEDIANTE REGULAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. AUSÊNCIA DE OITIVA JUDICIAL DO SENTENCIADO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. PERDA DOS DIAS REMIDOS NO PERCENTUAL MÁXIMO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Consolidou-se nesta Corte Superior de Justiça entendimento no sentido de que a desobediência aos agentes penitenciários se constitui em falta grave, a teor do art. 50, VI, c/c o art. 39, II e V, ambos da Lei de Execuções Penais.

[...]

4. **Impende registrar, ainda, que o habeas corpus não é a via adequada para apreciar o pedido de absolvição/desclassificação da falta grave, tendo em vista que, para se desconstituir o decidido pelas instâncias ordinárias, mostra-se necessário o reexame aprofundado dos fatos e provas constantes dos autos da execução, procedimento vedado pelos estreitos limites do remédio heróico, caracterizado pelo rito célere e por não admitir dilação probatória.**

5. Por fim, o cometimento de falta de natureza especialmente grave acarreta a perda dos dias remidos no percentual máximo. Precedentes deste Tribunal.

(AgRg no HC n. 440.695/SP, Rel. Ministro Reynaldo

*Superior Tribunal de Justiça*

**Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 12/6/2018, grifei)

À vista do exposto, **denego a ordem**, *in limine*.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**